SUPERVISORES DO CAMPO

LIVRO 2

Livro 2 - Educação do Campo: concepções pedagógicas, metodológicas e filosóficas

1. Mística

A mística na Educação do Campo configura-se como uma expressão cultural e pedagógica que fortalece a identidade, o sentido de pertencimento e a solidariedade entre as comunidades rurais. Ela se manifesta por meio da valorização da cultura local, da conexão com a terra e da realização de encontros e celebrações coletivas, que consolidam a dimensão simbólica e política dessa educação. Mais do que um fenômeno religioso, a mística atua como um recurso que inspira esperança e compromisso coletivo, promovendo a ressignificação do conhecimento em diálogo com a realidade camponesa (Caldart, 2013 apud Bogo, 2013).

No contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a mística é uma prática pedagógica fundamental para a mobilização e a formação de sujeitos coletivos, superando o individualismo e fortalecendo a luta por direitos sociais e pela transformação agrária. Por meio de rituais simbólicos, como marchas, músicas e danças, ela alimenta o sonho de transformação social e constrói uma memória histórica compartilhada, elemento crucial para a resistência e a esperança das comunidades rurais (Bogo, 2002; Chaves, 2022; Coelho, 2017). Frei Betto (2010) ressalta que a mística é essencial na construção de sujeitos políticos novos, pois representa a “química do solo” que fertiliza a transformação social, incluindo a dimensão subjetiva muitas vezes negligenciada em abordagens objetivistas.

Entendida também como um fenômeno cultural multifacetado, a mística permeia diversas práticas sociais e comunitárias, refletindo as particularidades e valores de cada grupo. Conceitualmente, ela ultrapassa o âmbito estritamente religioso, abarcando dimensões simbólicas, culturais e políticas que contribuem para a construção coletiva de identidade e sentido (Michaellis, 2008; Dicio, 2024). Assim, a mística constitui um componente indispensável da Educação do Campo, articulando espiritualidade, cultura e luta social para promover uma educação contextualizada e emancipatória.

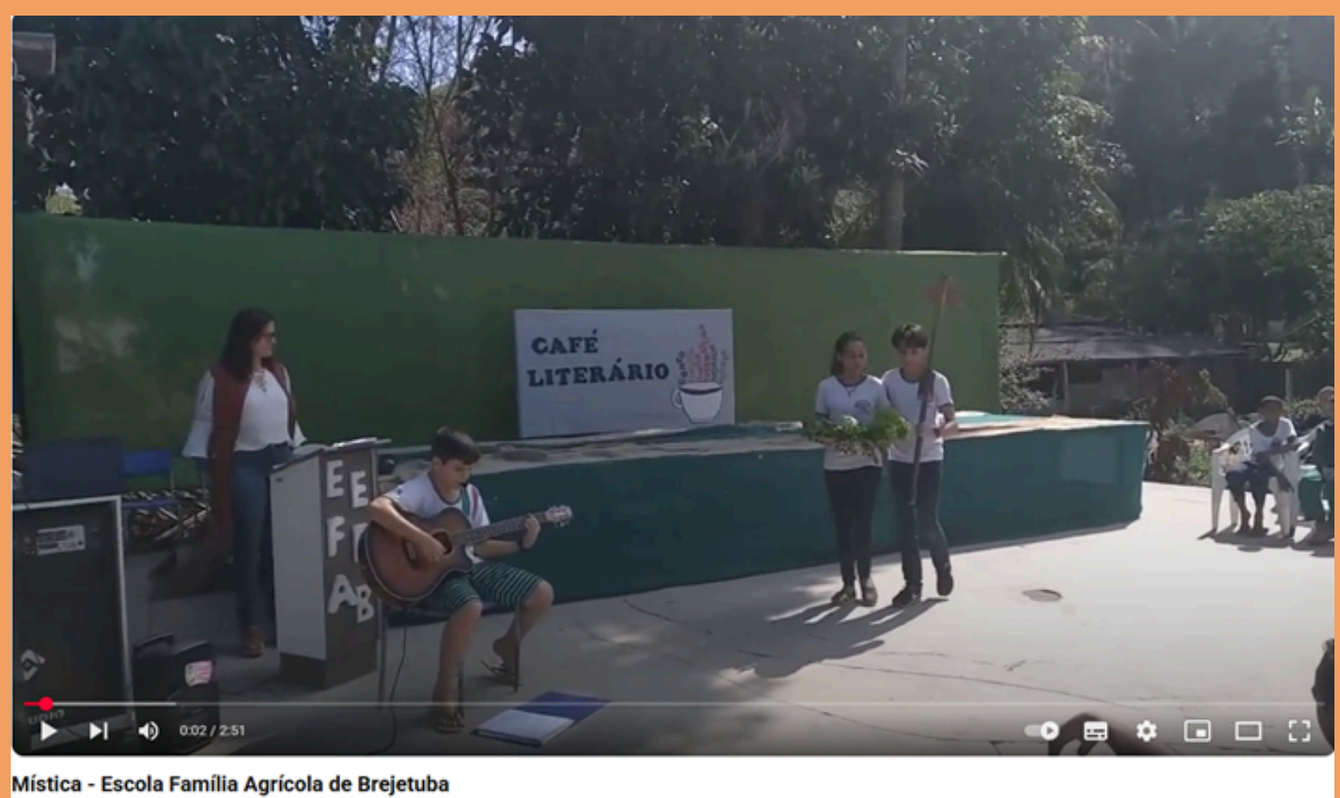


Imagem: Mística no Encontro Estadual dos Educadores das Escolas de Assentamento. Fonte: arquivo pessoal da autora Alexandra Silva Lima de Oliveira.

Os instrumentos que compõem o cenário da mística são símbolos do movimento e do trabalhador rural como: a música, a poesia, a bandeira, livros, os frutos do trabalho do campo como a terra, a água, as sementes, as frutas, as plantas, folhas, flores e ferramentas que o trabalhador utiliza na lida do campo como foice, enxada, facão entre outros que representam os símbolos do movimento e a luta dos trabalhadores.

PARA SABER MAIS

Veja um momento de mística numa Escola Família Agrícola: https://youtu.be/jvDwSNJOVcM?si=9IErc4GiFLwd-yRD



Mística - Escola Família Agrícola de Brejetuba

VIEIRA, M. L.; SANTOS, M. V. S; COSTA, W. V. A mística no processo de formação de educadores do campo em Sergipe. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 4., 2010, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: EDUCON, 2010. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10343/76/75.pdf Acesso em: 14 jul. 2025.

2. Inventário da Realidade

O Inventário da Realidade é uma ferramenta pedagógica fundamental na Educação do Campo, voltada para mapear e compreender os aspectos materiais e imateriais que configuram o cotidiano das comunidades rurais. Esse processo coletivo envolve educadores, estudantes e a comunidade, buscando identificar formas participativas de gestão, fontes educativas naturais e culturais, modos de trabalho, lutas sociais e contradições locais. Dessa forma, o inventário possibilita a valorização dos saberes locais e a construção de um currículo contextualizado, que dialogue diretamente com a realidade vivida pelos sujeitos do campo (Caldart et al., 2016).

A metodologia do Inventário da Realidade enfatiza a participação ativa dos atores envolvidos, promovendo a integração entre escola, comunidade e território. Ao articular trabalho, conhecimento e práticas educativas, o inventário busca superar a separação entre a vida escolar e o cotidiano campesino, fortalecendo a identidade cultural das comunidades e tornando a escola um centro cultural e político de referência local. Trata-se de um processo dinâmico e contínuo, que deve ser revisitado para incorporar as transformações sociais, ambientais e culturais da comunidade, garantindo uma educação significativa e emancipatória.

Além de subsidiar o planejamento pedagógico, o Inventário da Realidade é um instrumento para pesquisa e intervenção na realidade comunitária, promovendo a construção coletiva do conhecimento e fomentando a transformação social. Sua aplicação contribui para que a escola do campo valorize as experiências locais, reconheça os desafios enfrentados pelos estudantes e fortaleça sua atuação como espaço de resistência e construção de autonomia social e cultural (Caldart et al., 2016).

INVENTÁRIO DA REALIDADE: (GUIA METODOLÓGICO PARA USO NAS ESCOLAS DO CAMPO)



E-book CampoEduca: Metodologias da Educação do Campo sobre Interdisciplinaridade

3. Auto-organização

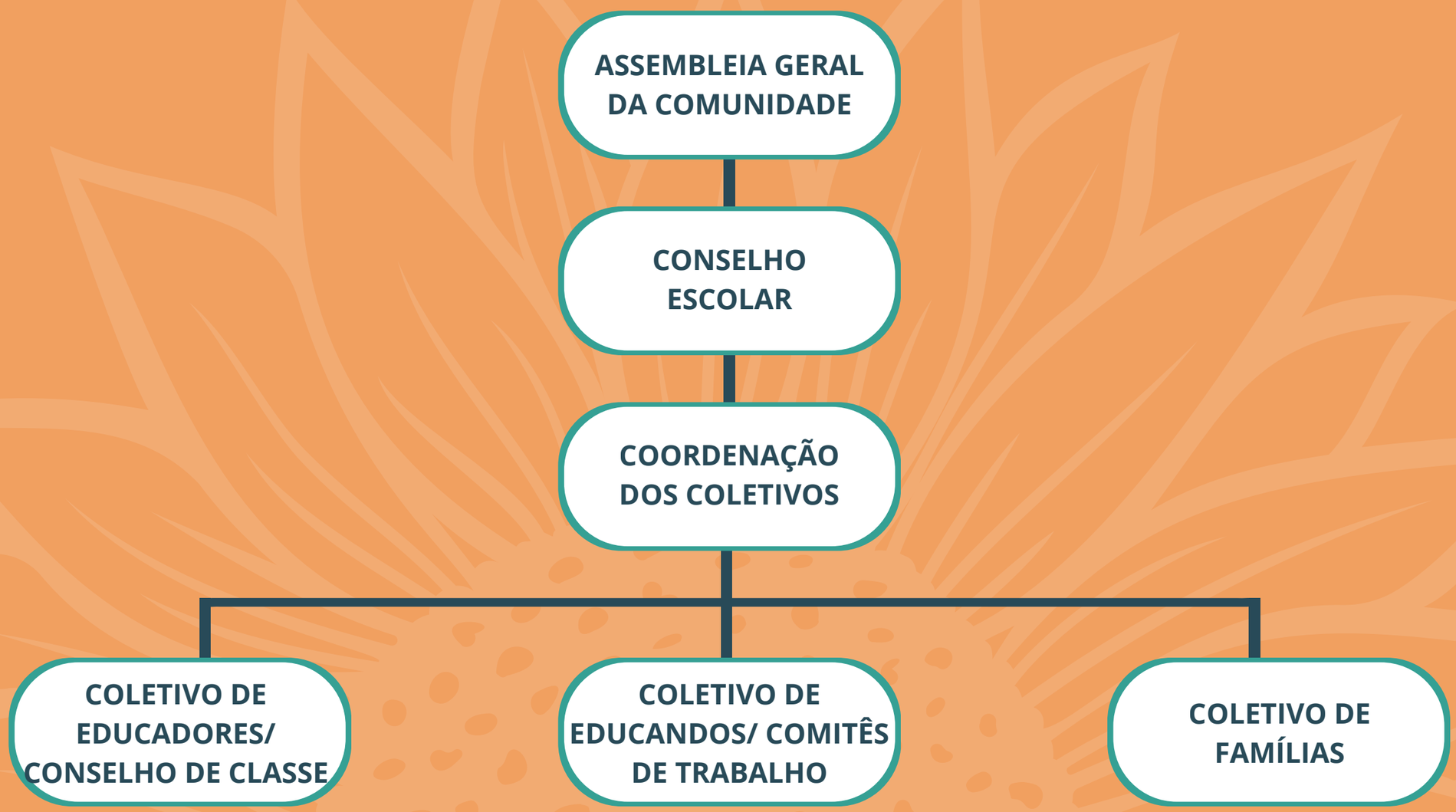
A auto-organização na Educação do Campo é uma mediação pedagógica essencial que promove a autonomia, o protagonismo e a coletividade entre estudantes, fundamentando-se no trabalho como princípio educativo para o desenvolvimento integral. Essa prática incentiva a participação ativa dos alunos na organização de atividades coletivas, como assembleias e divisão de tarefas, cultivando valores de cooperação e solidariedade. O trabalho é compreendido não apenas como meio para atender necessidades básicas, mas como um direito vital para a criação e manutenção da vida, possibilitando aos estudantes tornarem-se sujeitos sociais e agentes ativos em seu processo educacional e comunitário.

Esse princípio pedagógico está estreitamente ligado à gestão democrática e à participação efetiva, promovendo processos coletivos de tomada de decisão tanto na escola quanto na comunidade campesina. A auto-organização fortalece a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao envolver educadores, educandos e a comunidade em esforços conjuntos para transformar a realidade local. No âmbito educacional, manifesta-se por meio do protagonismo estudantil e da participação comunitária na gestão escolar, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos.

Estudos em escolas do campo do Espírito Santo confirmam que a auto-organização constitui um elemento pedagógico central, que contribui para a formação integral dos estudantes, valorizando suas experiências e fortalecendo a educação contextualizada e emancipatória. Ao estimular a participação democrática e a gestão compartilhada, a auto-organização fomenta o protagonismo e a responsabilidade social dos estudantes, configurando-se como um processo educativo indispensável para o fortalecimento das comunidades do campo (Caldart et al., 2016).

PARA SABER MAIS

As escolas do campo localizadas em áreas de assentamento da reforma agrária adotam uma organização que valoriza a gestão democrática e se soma aos demais espaços institucionalizados.



Fonte: PEREIRA (2018, p. 50). https://educacaodocampo.saomateus.ufes.br/sites/educacaodocampo.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/gerlan_barbosa_pereira.pdf

PARA SABER MAIS

GUIA DO ESTUDANTE - JOVENS PROTAGONISTAS
https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Guia%20de%20Gest%C3%A3o%20Jovens%20Protagonistas.pdf

GUIA DA GESTÃO ESCOLAR - JOVENS PROTAGONISTAS
https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/PROTAGONISMOJUVENIL/Guia%20do%20estudante%20-%20Jovens%20Protagonistas.pdf

4. Tema Gerador

O Tema Gerador é um princípio pedagógico essencial na Educação do Campo, fundamentado na obra de Paulo Freire, que propõe partir da realidade vivida pelos sujeitos para desenvolver processos de ensino-aprendizagem significativos. Ele emerge das necessidades, interesses e contradições do contexto local, funcionando como ponto de partida para a investigação crítica e coletiva. Por meio da escuta atenta e da problematização das situações-limite enfrentadas pela comunidade, os temas geradores tornam-se eixos estruturantes de um currículo contextualizado, interdisciplinar e voltado à transformação social. Essa abordagem permite articular os saberes escolares às experiências concretas dos estudantes, promovendo uma reflexão profunda sobre o mundo e incentivando a construção de consciência crítica.

A metodologia dos temas geradores envolve um processo contínuo de diálogo entre educadores, estudantes e comunidade, favorecendo uma educação libertadora e democrática. Nos Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (CEIERs), por exemplo, os temas como Agroecologia, Questão Agrária, Água e solo são desenvolvidos ao longo dos trimestres escolares com base em instrumentos de pesquisa participativa. Para Freire (2005), essa prática pedagógica transforma o ensino em um ato político, onde a realidade deixa de ser apenas observada para ser transformada. Assim, a adoção dos temas geradores fortalece o protagonismo dos sujeitos do campo, contribui para a formação da identidade camponesa e constitui uma estratégia educativa vital na luta por justiça social e emancipação.



Fotografia: mística na EEFM Fazenda Amorim. Fonte: arquivo pessoal da autora Alexandra Silva Lima de Oliveira.

5. Multisseriação

A multisseriação constitui uma prática pedagógica recorrente na Educação do Campo, especialmente em comunidades com número reduzido de estudantes. Nesse modelo, alunos de diferentes idades e séries compartilham o mesmo espaço educativo, exigindo do professor a adoção de estratégias metodológicas flexíveis e contextualizadas. Essa organização pedagógica, longe de ser um obstáculo, pode fortalecer o vínculo entre escola e realidade local, valorizando os saberes tradicionais e promovendo uma aprendizagem colaborativa e significativa.

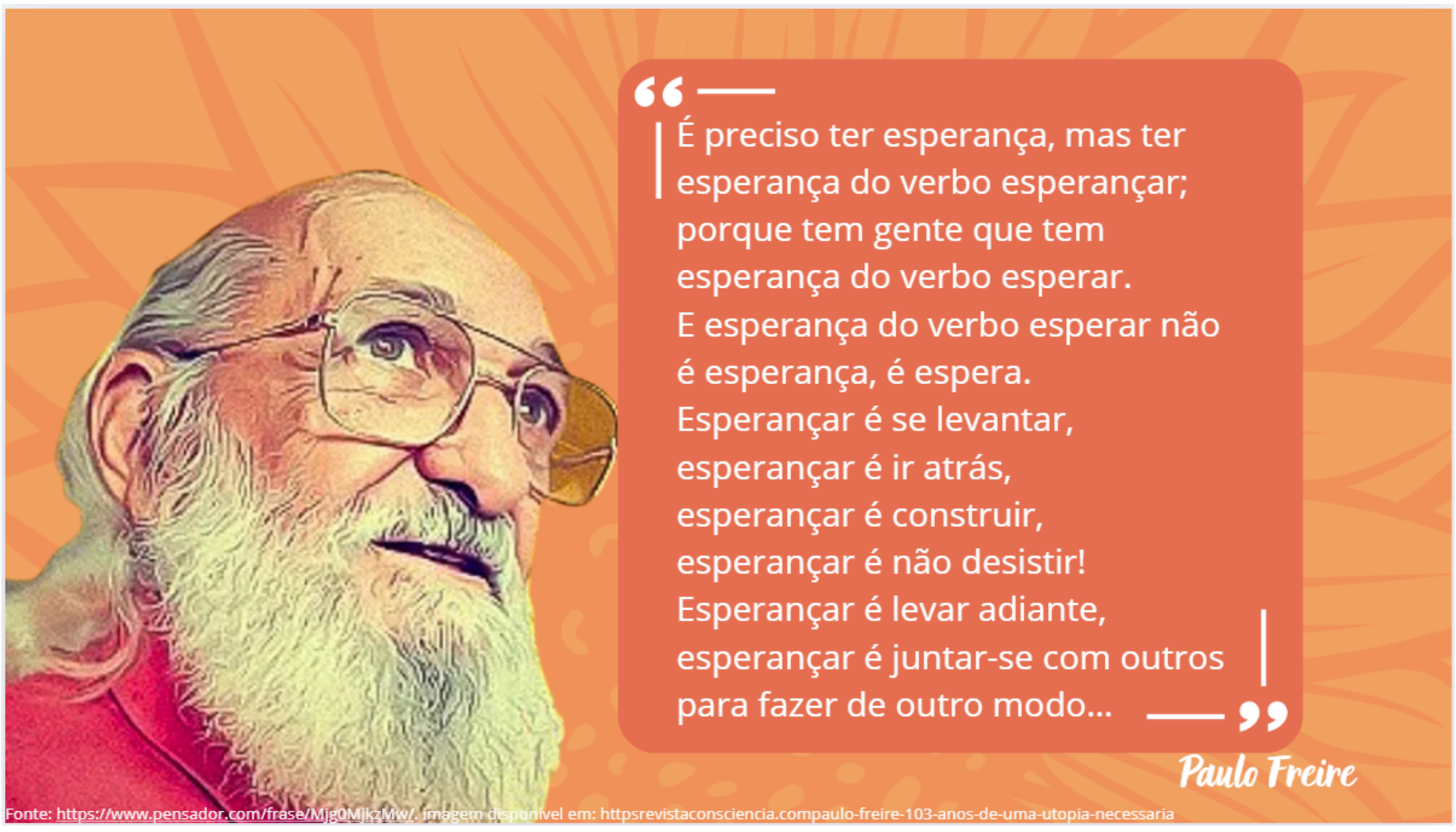
No campo de tal discussão, Arroyo (2004) nos alerta:

> “É preciso superar a reação tão frequente contra as salas multisseriadas. As escolas do campo não são multisseriadas. São multiidades. Que é diferente! Os estudantes estão em múltiplas idades. Múltiplas temporalidades, temporalidades étnicas, cognitivas, culturais, [...] é com diversidade de temporalidades que trabalha a escola do campo. Não é com séries. Classificar a escola do campo como multisseriada leva a uma visão sempre negativa e a tendência dos professores a organizar a escola por séries, apesar de terem idades tão diferentes, leva a recortar os conhecimentos.”

A proposta multisseriada favorece a cooperação entre os estudantes, promovendo trocas intergeracionais de conhecimento, em que os mais experientes auxiliam os mais jovens. Para que esse modelo seja efetivo, são recomendadas práticas como planejamento por eixos integradores, rotação de atividades e projetos interdisciplinares. As Resoluções CEE-ES nº 3.777/2014 e nº 6.596/2022 reconhecem a especificidade da multisseriação no campo, defendendo uma organização curricular adaptada à realidade do campo, com participação ativa da comunidade e valorização dos saberes locais.

Entretanto, a multisseriação também apresenta desafios consideráveis, sobretudo no que tange à formação docente e ao planejamento pedagógico. A heterogeneidade das turmas exige do educador uma compreensão profunda das diferentes etapas de desenvolvimento e aprendizagem, além de políticas públicas que garantam suporte técnico e formativo contínuo. Dessa forma, a multisseriação, quando bem estruturada, deixa de ser apenas uma alternativa administrativa e se afirma como uma proposta pedagógica potente, capaz de promover uma educação inclusiva, crítica e contextualizada no contexto campesino.

6. Concepção de campo e sujeitos na Educação do Campo



Fonte: https://www.pensador.com/frase/Mjg0MjkzMw/. Imagem disponível em: httpsrevistaconsciencia.compaulo-freire-103-anos-de-uma-utopia-necessaria

Na perspectiva freiriana, na Concepção de sujeito, a educação só pode ser concebida a partir do reconhecimento do ser humano como sujeito ativo, crítico e coparticipante do processo educativo. Esse sujeito, enquanto produto e produtor de relações sociais, deve ser compreendido em sua totalidade histórica, política e cultural. Na Educação do Campo, esse princípio se traduz na valorização das comunidades camponesas como protagonistas de sua formação, sendo essencial ultrapassar a visão limitada do campo como mero espaço geográfico ou estatístico. O Decreto nº 7.352/2010 delimita quem são esses sujeitos do campo, agricultores familiares, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, todos vinculados à produção de suas condições materiais de existência no contexto campesino.

A construção do conhecimento, nesse contexto, deve partir da leitura crítica da realidade, promovendo a articulação entre a leitura da palavra e a leitura do mundo. Para Freire (2004), a educação libertadora não se reduz à transmissão de conteúdos prontos, mas se constrói por meio da problematização da realidade e do diálogo entre educador e educando. Ambos se constituem mutuamente como sujeitos do processo formativo, rompendo com a lógica bancária da educação e assumindo uma postura dialógica e transformadora. Assim, o educador do campo não apenas transmite saberes, mas atua como mediador que valoriza e articula os conhecimentos locais com os conteúdos curriculares escolares.

Com base nesses fundamentos, a Educação do Campo assume um caráter político e emancipador, que exige o engajamento dos educadores populares na mediação entre saberes históricos e as realidades do território camponês. A escola, portanto, deve ser um espaço de fortalecimento da identidade e da cultura do campo, promovendo a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Nessa perspectiva, negar a neutralidade do conhecimento significa reconhecer que a educação é um ato político e ético, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Escola

ESCOLA É...
... o lugar que se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.

O diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados"
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade,
É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se "amarrar nela"!

Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil!
Estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

Paulo Freire

Imagem: “A escola” de Paulo Freire. Fonte: https://tiaeron.wordpress.com/2012/04/28/escola-poema-de-paulo-freire/

A concepção de campo no contexto da Educação do Campo exige a compreensão das diferentes formas de produção e ocupação territorial no Brasil. De acordo com Fernandes (2009), há duas formas predominantes de territorialidade: o campo camponês e o campo do agronegócio, cada um com objetivos, valores e estruturas distintas. O território do agronegócio caracteriza-se pela homogeneidade da paisagem, uso intensivo da terra para monoculturas e baixa densidade populacional, voltado essencialmente à produção mercantil. Em contrapartida, o território camponês é marcado pela diversidade produtiva, forte presença humana e organização social enraizada na vida comunitária e na produção de alimentos para subsistência e mercados locais.

Essa diferença não é apenas estética ou produtiva, mas também política e pedagógica. A paisagem camponesa reflete uma estrutura de vida que integra moradia, cultura, trabalho, educação e relações sociais, sendo, portanto, um espaço de construção de identidades e valores coletivos. A Educação do Campo, nesse contexto, assume papel fundamental ao fortalecer a identidade camponesa, promover a valorização do território e resistir ao avanço do capital agrário. Fernandes e Molina (2004) destacam o território como espaço político e de disputa, em que se evidenciam os conflitos entre os projetos do agronegócio e da agricultura familiar, sendo a educação um dos elementos centrais para fomentar a consciência crítica e a autonomia dos povos do campo.

Assim, o campo brasileiro torna-se um território de tensões, disputas e resistências. A expansão do agronegócio tenta impor um modelo capitalista voltado ao lucro, enquanto os camponeses lutam por um campo plural e sustentável. A Educação do Campo contribui para romper com a alienação histórica imposta a esses sujeitos, articulando saberes locais e globais, e promovendo uma formação crítica e emancipadora. Ao compreender o território como dimensão vital da existência camponesa, a educação torna-se instrumento de transformação e afirmação da vida no campo.

7. Genealogia, Dinâmica e Mediações Pedagógicas Utilizadas nas Escolas do Campo da Pedagogia da Alternância

Origem da Educação do Campo e Pedagogia da Alternância



Imagem: Pedagogia da alternância. Fonte:https://pt.m.wikiversity.org/wiki/Ficheiro:Pedagogia_da_altern%C3%A2ncia.png/ https://refaisa.org/pedagogia-da-alternancia/

A Pedagogia da Alternância teve origem na França, entre as duas guerras mundiais, como resposta às transformações no campo e ao êxodo rural crescente. Criada por agricultores insatisfeitos com a inadequação do sistema educacional às necessidades do contexto campesino, a metodologia propunha integrar os conhecimentos escolares com as vivências dos jovens camponeses. O modelo foi formalizado no início do século XX, buscando garantir a permanência dos estudantes na escola e adaptar o currículo às especificidades da vida no campo. Com o tempo, a proposta ganhou reconhecimento internacional e foi adotada por diversos países, incluindo o Brasil.

No Brasil, a Educação do Campo emergiu como uma política pública voltada à garantia do direito à educação de qualidade para os povos do campo, respeitando suas singularidades culturais, sociais e produtivas. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu as bases legais para uma educação diferenciada, reconhecendo o papel da escola na valorização dos modos de vida rurais. A partir das lutas dos movimentos sociais do campo, como o MST e organizações da agricultura familiar, consolidou-se um projeto educativo comprometido com a transformação social e com a justiça territorial.

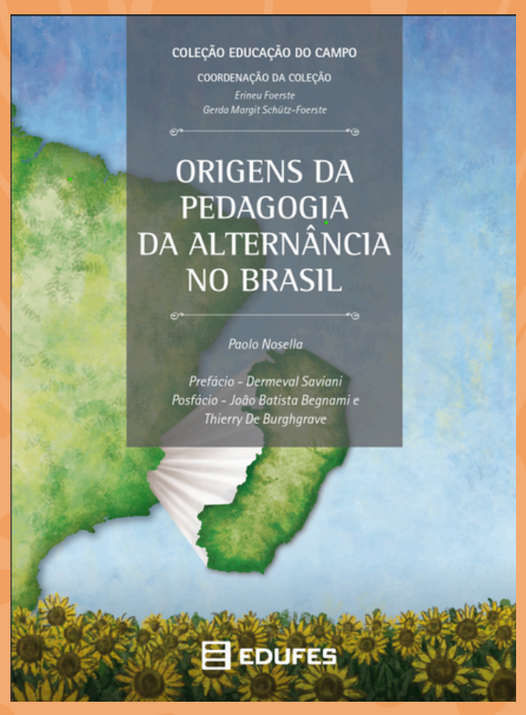
A Pedagogia da Alternância integra a Educação do Campo como uma metodologia que articula tempos de formação escolar com períodos de vivência comunitária, promovendo a valorização dos saberes locais e a construção de conhecimentos contextualizados. Essa abordagem foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 14.767/2023, que a inclui entre as metodologias aplicáveis às escolas do campo, representando um avanço significativo na consolidação de práticas educativas alinhadas à realidade do campo e à permanência dos estudantes em seus territórios.

Esse reconhecimento também está presente no Parecer CBE/CNE nº 01/2006, que orienta sua aplicação nos Centros Familiares de Formação por Alternância. O documento estabelece diretrizes para o funcionamento de turmas multisseriadas e destaca a importância de respeitar as especificidades do contexto campesino, reafirmando a necessidade de políticas públicas que sustentem práticas pedagógicas contextualizadas.

A Pedagogia da Alternância, como uma estratégia pedagógica transformadora, contribui para a ressignificação da escola do campo e para a valorização da cultura camponesa. Dessa forma, a Pedagogia da Alternância articula-se com a modalidade da Educação do Campo ao expressar propostas pedagógicas com forte embasamento político e social, comprometidas com a formação integral dos sujeitos do campo.

PARA SABER MAIS

Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil Edufes. Sugestão para leitura: Potencialidades e Desafios do Plano de Estudo na Escola Municipal Rural Camponesa Conjunto Familiar Agostinho Partelli. Autora: Janaiana Boldt de Oliveira. Disponível em: https://www.mepes.org.br/documentos/pa/TCC-JANAINA.pdf



8. Mediações Pedagógicas na Perspectivas da Pedagogia da Alternância

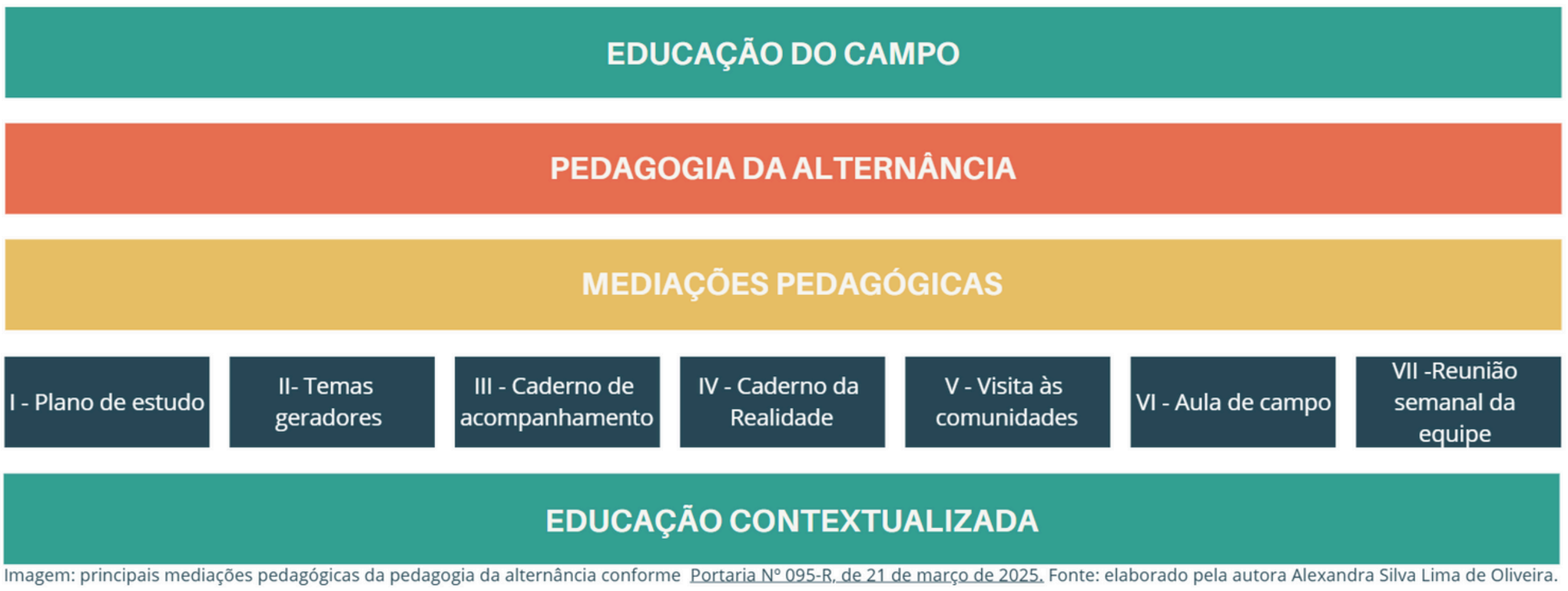


Imagem: principais mediações pedagógicas da pedagogia da alternância conforme Portaria Nº 095-R, de 21 de março de 2025. Fonte: elaborado pela autora Alexandra Silva Lima de Oliveira.

A Pedagogia da Alternância é uma metodologia que promove a articulação entre teoria e prática por meio da alternância de períodos formativos entre a escola e a comunidade. Essa abordagem permite que os estudantes reflitam criticamente sobre sua realidade a partir de seus contextos socioculturais, utilizando o Plano de Estudo como principal mediação pedagógica. A aprendizagem é construída a partir de experiências concretas, pesquisas e saberes populares, articulados com os conhecimentos científicos, tendo como finalidade a transformação social e a valorização das identidades camponesas (Figueiredo, 2006).

No contexto da Educação do Campo, especialmente no Espírito Santo, essa metodologia se apresenta como uma alternativa potente às práticas pedagógicas tradicionais, pois possibilita uma formação integrada, respeitando as especificidades dos territórios rurais. A alternância entre tempos e espaços educativos permite que o conhecimento escolar dialogue com a prática comunitária, fortalecendo a autonomia dos sujeitos do campo e promovendo o desenvolvimento local (Melo; Santos, 2015).

Outro aspecto central da Pedagogia da Alternância é o papel do educador, que atua como mediador entre os saberes acadêmicos e os saberes do território. Longe de ser apenas um transmissor de conteúdos, o educador assume a função de facilitador das vivências dos estudantes, articulando teoria e prática de forma sensível e contextualizada (Rojo, 2003). Essa atuação é complementada por uma rede colaborativa que inclui famílias, movimentos sociais e instituições locais, essencial para a construção de um projeto educativo plural e emancipador (Silva; Pereira, 2018).

PARA SABER MAIS

Sugestão para leitura: Potencialidades e Desafios do Plano de Estudo na Escola Municipal Rural Camponesa Conjunto Familiar Agostinho Partelli. Autora: Janaiana Boldt de Oliveira. Disponível em: https://www.mepes.org.br/documentos/pa/TCC-JANAINA.pdf

Sugestão para leitura: Caderno de Práticas da Educação do Campo e dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FvgdFDHVP76dj6Zl94T4vGwMeynK1rQ3



9. REFERÊNCIAS

Arroyo, Miguel. Educação do campo: o que é isso?. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Araujo de (Orgs.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: MEC/SECAD, 2004. p. 25-34.

Bogo, M. R. Educação do campo e mística: prática pedagógica e mobilização social. Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. 45-58, 2002.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2006). Parecer CBE/CNE nº 01/2006. Ministério da Educação.

Brasil. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Caldart, R. Mística e Educação do Campo: sentidos e práticas. In: BOGO, M. R. (Org.). Educação do Campo: saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 470-480.

Caldart, R. M.; BOGO, M. R.; LOPES, M. C. C. Educação do Campo: políticas, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2016.

Cavalcanti, A. L. (2011). Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: Experiências e desafios. Brasília: MEC.

Chaves, A. A mística como alma do MST: dimensões políticas e educativas. Cadernos de Educação do Campo, v. 15, n. 1, p. 23-37, 2022.

Coelho, L. Memória e resistência: o papel da mística nas comunidades rurais. Revista de Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 340-356, 2017.

Dicio. Mística. Disponível em: https://www.dicio.com.br/mistica/. Acesso em: 03 jun. 2025.

Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do campesinato no Brasil. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-85, 2009.

Fernandes, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. A Educação do Campo e os desafios para a formação de educadores. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

Figueiredo, A. R. (2006). Pedagogia da Alternância: ensino, trabalho e cultura. Campinas: Papirus.

Figueiredo, L. M. de. (2006). Pedagogia da Alternância: uma metodologia para a educação do campo. Vozes.

Frei betto. A mística e a transformação social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Gohn, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do campo. São Paulo: Cortez, 2005.

Melo, A. M. de; SANTOS, M. A. dos. (2015). Pedagogia da Alternância: práticas educativas no campo. Cortez.

Melo, R. S., & Santos, M. C. (2015). Saberes do campo e práticas pedagógicas: uma análise da Pedagogia da Alternância. Revista Brasileira de Educação do Campo, 1(2), 45-60.

Michaellis. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2008.

Nosella, Paolo. Educação do campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.

Pereira, Gerlan Barbosa. Pedagogia do MST: as práticas pedagógicas na formação integral dos sujeitos na Escola Três de Maio, Assentamento Castro Alves, Município de Pedro Canário, Espírito Santo. 2018. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018.

Rojo, R. (2003). A educação do campo e a Pedagogia da Alternância. São Paulo: Cortez.

Rojo, R. H. (2003). Leitura e escrita na educação do campo. Autêntica.

Silva, J. A.; PEREIRA, S. M. (2018). Educação do Campo: redes de saberes e práticas. EDUFES.

Silva, T. M., & Pereira, J. F. (2018). Redes de parceiros e educação no campo: práticas colaborativas no Espírito Santo. Revista Educação em Foco, 12(1), 89-104.

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Vice- Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação
André Melloti Rocha
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação
Vinicius José Simões
Subsecretária de Estado de Administração e Finanças
Mirella Carla Mendes Christ
Subsecretária de Estado de Articulação Educacional
Darcila Aparecida da Silva Castro

Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOPE
Karina Garcia Alves Zago - Gerente
Karoliny Mendes da Costa – Gerente

Coordenação da Formação - CEFOPE
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Concepção Gráfica
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Equipe de Tecnologia
Ana Beatriz Lima da Silva – Supervisora de Diagramação
Leonardo Cruz de Andrade – Técnico Pedagógico CEFOPE/GEPRO
Almir Carletti Neto – Assessor de Tecnologia
Gustavo Pereira da Silva Nascimento – Assessor de Tecnologia
Alessandro Bicalho Nascimento – Técnico Pedagógico
Felipe Becalli Trindade – Estagiário

Professora Conteudista da Formação
Alexandra Silva Lima de Oliveira

Gerência de Educação Antirracista do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq)
Aline de Freitas Dias – Gerente
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Revisão
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Jorcy Foerste Jacob - Técnica pedagógica
Kleidiana Cassia Silva Borges - Técnica pedagógica
Alex Sandro Zorzal Vargas - Técnico pedagógico
Clara Novaes Assunção - Técnica pedagógica